

Editorial

Inicialmente a proposição da chamada “Uma mirada interdisciplinar nas relações de gênero, comunicação e direitos humanos” foi exercitar a prática singular que caracteriza a ciência: estimular o debate aberto de temas relacionados ao campo de gênero, aos problemas sociais que enunciam e estimular a pesquisa e a crítica dos trabalhos que já foram produzidos. Mas, sobretudo, que esses debates ganhassem reflexos mais amplos, entre eles, sobre a formulação de políticas públicas, assim como a consolidação de novas práticas. Como poderão ver, sobrevieram diversos debates importantes e de vários lugares. Isso sinaliza que o campo está bem dinâmico e muito fértil em seus debates internos e externos.

Ainda estamos vivendo sob o impacto da pandemia de Covid-19. Embora grande parte no mundo já não use as máscaras, o problema em si, ainda não se resolveu. Ele se prolonga indefinidamente e se enraíza. No Brasil, em particular. Mas também em grande parte do mundo, estamos vivenciando movimentos extremistas que tem apontado seu dedo rigidamente contra muitas práticas e valores que vem se estabelecendo lentamente desde o advento do pensamento feminista.

Entre os temas que se destacaram antes, durante e depois da pandemia, ainda continuam, por exemplo, a violência contra mulheres. Assim, este dossiê traz cinco artigos com esse enfoque. No primeiro Matheus Ferreira de Moraes, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro desenvolvem um artigo “Masculinidades hegemônicas e violência contra mulheres nas mídias: críticas ao movimento Red Pill”. Para quem não sabe o *Red Pill* tem se destacado como uma frente de ataque ao movimento feminista e tem como suporte a plataforma intitulada “Realidade paralela”. O objetivo é atacar e desqualificar as políticas apresentadas pelos movimentos de defesa dos direitos das mulheres no Brasil.

O segundo artigo é de Beatriz Borges Brambilla com o trabalho intitulado “ ‘Mulher, não se cale!’: revitimização de mulheres em campanhas de prevenção e enfrentamento à violência”, o texto traz uma crítica ao modelo que enfoca o punitivismo. Destaca a necessidade de se pensar em medidas efetivas e de perspectiva interseccional.

Dando sequência aos artigos focados no campo da violência temos o artigo de Luciano Francisco de Oliveira e Rosely Maria dos Santos: “Uma análise acerca da efetividade das medidas protetivas de urgência em Goiás”. Seu foco é a avaliação da aplicação das políticas protetivas em relação à violência contra mulheres. Como destacam os autores, seu objetivo é analisar os casos concretos apresentados pelo Tribunal de Justiça de Goiás. Em particular, dando destaque para a efetividade na aplicação das medidas protetivas.

Ainda no campo da violência, mas passando para o jogo político, temos o trabalho de Raquel Medeiros Paceli Albuquerque e de Katia da Silva Farias “Violência política de gênero enquanto violação de direitos humanos das mulheres”. O tema da violência política de gênero, embora presente desde os primeiros momentos em que a mulher passou a participar dos processos políticos, apenas muito recentemente ganhou normatização legal. O foco do artigo das autoras é analisar o estado da arte da legislação brasileira no combate à violência política de gênero e formas para eliminá-la.

Dando sequência a esse debate, da violência política de gênero, o próximo trabalho dá destaque às práticas de desqualificação das mulheres no campo da política, temos o trabalho de Nara Vilas Boas Marques Bueno e Lopes, Vilma de Fátima Machado. Elas respondem pelo artigo “A construção artificial da inaptidão política das mulheres: uma análise feminista das capas de revistas e seus reflexos na democracia brasileira”. As autoras buscam analisar as capas de revistas semanais entre os anos de 2012 a 2017 e objetivam captar a perspectiva teórica da divisão sexual da atividade política.

Os três trabalhos seguintes também têm como referência a violência, a desigualdade de gênero, mas como cenário analítico as práticas educativas tanto na educação básica quanto

no ensino superior. O primeiro deles intitulado “Desconstruindo barreiras: o papel da escola na promoção da igualdade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual” tem como autores José Veiga Vinãl Junior e MeyreAne Sampaio Moreira. A despeito dos inúmeros mecanismos legais, equipamentos públicos e debates teóricos, ainda vivenciamos uma forte presença de práticas heteronormativas. O processo educativo já nos deu fortes apoios em levar o tema para uma ampla rede de escolas, contudo, conforme a autora, a promoção da igualdade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual precisa ir mais longe ainda no sistema educacional.

Também tendo como preocupação a prática educativa, Rodrigo Nascimento Bispo, Suely Cristina Silva Souza, José Batista de Souza elaboram o artigo “Corpo, gênero e sexualidades dissidentes no ambiente escolar: o que a pedagogia tem a enunciar? O debate é mais que oportuno, pois para quem não sabe, o tema da sexualidade foi um dos focos que pautou o movimento que ensaiou quaisquer debates do que chamavam por “ideologia de gênero” nas escolas. Assustadoramente chegaram a assegurar em instâncias municipais (como foi o caso da 10ª. maior cidade do País, Goiânia) que a proibição fosse assegurada. Assim, a partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, os/as autores/as indicam que a literatura destaca a importância e a presença desse debate no ambiente escolar para além da leitura estritamente biológica. Essa reflexão se dá pelo reconhecimento do papel da escola, de seu enraizamento social e das potencialidades da pedagogia na formação dos indivíduos.

Falamos da necessidade do tema dos direitos das mulheres adentrar e se espalhar em diversos espaços e da importância do processo educativo nessa jornada. Assim, Lisandra Katriny Silva de Oliveira, Carolina Nunes Costa Bomfim, Kátia de Meirelles Felizola Freire vão olhar para as universidades, em especial, naqueles espaços em que ainda são fortemente masculinizados, no caso, as Ciências Agrárias. A partir dessa experiência elaboram o artigo “Women In Agricultural Sciences”. O trabalho foi desenvolvido no Centro de Ciências Agrárias Aplicadas (CCAA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Teve como objetivo analisar qual o lugar das mulheres nesse espaço. Ao traçar perfis dos quadros de docentes, pós-graduandos e graduandos, além das práticas internas, os/as autores/as apontam para uma transformação importante desse campo acadêmico, como destacam, ocorreram mudanças importantes, mas ainda precisam superar vários outros obstáculos para que se torne um espaço plural e equitativo.

No último grupo de artigos deste dossiê, temos três outros artigos de temas mais abertos. Dois deles focando no campo da comunicação (mídia tradicional e outro abordando sobre redes sociais), além de um focado em análises de políticas públicas (envelhecimento).

No primeiro deles as autoras Kamilla Cristina da Cunha Santos e Ana Carolina Rocha Pessoa Temer trazem o artigo “Aborto em pauta: os discursos sobre a descriminalização do aborto na imprensa tradicional e feminista”. O tema do aborto talvez seja um dos debates mais tradicionais do campo feminista, mas seguramente é uma das fronteiras mais complexas dadas às fortes resistências que se construíram em seu entorno. Nesse artigo, em especial, as autoras analisam o discurso jornalístico por ocasião do voto da Ministra Rosa Weber (setembro de 2023). As autoras buscaram os discursos e interdiscursos nos principais portais de notícias do País. Elas partem do pressuposto de que o jornalismo possui um papel estratégico, portanto, conhecer bem como constroem seus posicionamentos e coberturas podem também ser estratégico para os movimentos que buscam quebrar as resistências ao tema.

No campo da abordagem sobre a condição das mulheres negras temos o artigo de Camila Lima Pontes de Melo, “Vozes reveladas: mapeando a rede de interação de comunidades de mulheres negras no Youtube”. Aqui o texto busca destacar se há interações entre canais de youtubers e como eles emergem. Para a autora, tais interações são elementos importantes como demonstração e como forma de resistência e empoderamento das mulheres negras. Já o texto de Carine Campos Santos e Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro, intitulado por “Escrevivências como práticas comunicativas contemporâneas: a escrita de si como construção de subjetividades de mulheres negras”. O foco do artigo é a construção da subjetividade e do autoconhecimento. Isso é feito a partir da operacionalização do conceito de “escrevivências” elaborado pela escritora negra Conceição Evaristo e que se destaca pelos trabalhos que exploram a condição dos negros na sociedade brasileira nos tempos atuais.

Já Adriana Lima Monteiro, Michele de Freitas Faria de Vasconcelos, Gislei Domingas Romanzini

avançam sobre um tema ainda negligenciado por muitas pessoas, o envelhecimento. No artigo “Entre envelhecimentos e mulheres: o acompanhamento terapêutico como experiência limite da e na linguagem”, buscam abordar o tema por meio da experiência das práticas terapêuticas de mulheres. O tema é discutido por meio da interação e emergência de uma linguagem que nomeia, enuncia, mas também que se reelabora e assegura uma compreensão dessa fase da vida para mulheres.

Por fim, o dossiê encerra o um relato de experiência das autoras Alana Carolina Kopczynski, Alexandra Lourenço, Giovana de Andrade Erbs Casagrande, Kátia Alexandra dos Santos. Tem como título “Notificações de violência contra mulheres: a potencialidade da comunicação na articulação pesquisa e extensão”. O texto debate, a partir de uma experiência extensionista, a importância do processo comunicativo que opera entre o procedimento técnico-operacional da notificação Sistema de Informações de Agravos e Notificação (SINAN), a realidade social e o universo dos profissionais da rede de atendimento às mulheres.

Finalmente, é bom que se diga, esses trabalhos, em absoluto, não esgotam os debates, mas se colocam como parte de um amplo diálogo que ainda temos pela frente. Esperamos muito que tanto as/os autoras/es desses trabalhos deem continuidade às suas pesquisas quanto as/os leitores utilizem esses trabalhos em suas discussões de forma a consolidar o debate e nos assegurar na busca de transformações mais concretas, mas sobretudo de modelos mais igualitários, mais plurais e que rompam com os modelos hegemônicos heterossexistas e misóginos ainda predominantes. Desejamos a todas, todos e todes, uma leitura boa e, evidentemente, crítica, como há de ser em um lugar democrático e aberto para o debate.

Organização

Angelita Pereira de Lima (UFG)

Dijaci David de Oliveira (UFG)

Ana Paula de Castro Neves (UFG)